AS FORÇAS ARMADAS E AS QUEIMADAS NA AMAZÔNIA

Lisa Barbosa
Maria Clara Araújo
Lucas Iquegami

INFORMES TEMÁTICOS 2020

Organizadoras
Juliana Bigatão
Marina Vitelli

Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas
EPPEN-Unifesp

GEDES
GRUPO DE ESTUDOS DE DEFESA E SEGURANÇA INTERNACIONAL

Nº 2
ANO 2020

Apresentação

O ***Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas*** (*ObDEF*) é um observatório temático da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), constituído por docentes e discentes do curso de Relações Internacionais da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (Eppen), e tem como missão promover o debate público sobre a defesa nacional e as relações civis-militares de forma a contribuir com o semear de uma cultura democrática. Trata-se do mais recente integrante da rede *Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas*, coordenada pelo Grupo de Estudos da Defesa e Segurança (GEDES) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), que neste ano comemora 20 anos de atividades.

O *ObDEF* é um instrumento de monitoramento da política de defesa brasileira e do papel das forças armadas na sociedade e entre seus campos prioritários de observação estão os materiais veiculados pela grande imprensa brasileira sobre o tema. Nesta publicação "**Informes Temáticos**", apresentamos análises de assuntos que ganharam destaque na imprensa brasileira ao longo de 2020, os quais foram identificados a partir da sistematização dos resumos semanais do "Informe Brasil". Tal publicação abarca o período de sete dias de trabalho de redatores e redatoras (de sábado à sexta-feira) e nele os materiais selecionados nos jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e Correio Braziliense são agrupados de acordo com a temática e transformados em resumos, nos quais são destacadas as informações atinentes ao enfoque do *ObDEF*. Diferentemente dos resumos dos Informes, que reportam expressamente os conteúdos e as declarações expostas nos jornais, os "**Informes Temáticos**", tomam a grande imprensa como objeto de análise, com o intuito de oferecer reflexões a respeito da forma como a grande imprensa constrói as funções dos aparatos de defesa e das forças armadas perante o imaginário social. Assim, buscamos observar os veículos de comunicação mais como uma fonte de análise da representação política e social do que de leitura fidedigna do factual.

Na produção dos "Informes Temáticos", contamos com o trabalho sério e competente de docentes e discentes da EPPEN-Unifesp e da Unesp-Franca e de pesquisadoras, pós-graduandos e pós-graduandas do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico da Unicamp.

Convidamos toda a comunidade para apreciar os "Informes Temáticos" dos oito temas de maior destaque em 2020 na área de defesa e forças armadas: Ameaças à democracia; As forças armadas e a pandemia; As forças armadas e as queimadas na Amazônia; As forças armadas e a segurança pública; Documentos de defesa; Os militares no governo Bolsonaro; Orçamento e indústria de defesa; Relações com grandes potências

Desejamos uma ótima leitura!

Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas
Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/Unesp)

Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas
Juliana de Paula Bigatão (EPPEN-Unifesp)
Marina Gisela Vitelli (EPPEN-Unifesp)

Equipe Informe Brasil- 2020

Supervisão

Heed Mariano Silva Pereira
Juliana de Paula Bigatão
Laura Meneghim Donadelli

Redação

Davi Campos Matos
Gislaine Amaral Silva
Guilherme Evaristo Rodrigues Macieira
Henrique Muniz Fernandes
Henrique Zavalski Mano
Jonas de Paula Vieira
Julia Ribeiro Dos Santos
Larissa Barroso Cangerana
Léa Briese Staschower
Lisa Stephane Sousa Barbosa
Leonardo Pontes Vinhó
Lucas Rizzati Iquegami

Créditos das imagens:

Capa e corpo do informe: Agência Brasil
Contracapa: Centro de Comunicação do Exército Brasileiro

Para citar este informe:

BIGATÃO, J. P.; VITELLI, M. G. (org). BARBOSA, L. S.; ARAÚJO, M. C.; IQUEGAMI, L. As Forças Armadas e as Queimadas na Amazônia. Informe Temático 2020. Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas, 2021.

AS FORÇAS ARMADAS E AS QUEIMADAS NA AMAZÔNIA

Lisa Barbosa
Mestranda no PPGRI San Tiago Dantas
Maria Clara Araújo
Graduanda EPPEN-Unifesp
Lucas Iquegami
Graduando EPPEN-Unifesp

O elevado número de queimadas na Amazônia em 2019 se estendeu para 2020, haja vista a insuficiência da resposta do governo brasileiro frente à crise ambiental. Os focos de incêndio, as áreas de desmatamento e os crimes ambientais continuaram a subir, atingindo números históricos. Em 2020, o chefe do Executivo utilizou novamente o instrumento militar para a crise das queimadas na Amazônia, ao decretar uma nova Operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), a Verde Brasil 2. Os periódicos analisados neste Informe Temático evidenciaram a ineficiência da operação por dois pontos principais: o baixo uso do orçamento destinado à operação, o que correspondeu a um reduzido número de ações de fiscalização, e a continuidade no aumento de focos de incêndio e áreas de desmatamento, mesmo no período de atividades da operação. Identificamos que o enfraquecimento de órgãos de fiscalização ambiental e da própria pasta do Meio Ambiente, somadas ao protagonismo militar nas ações de combate às queimadas e crimes ambientais na Amazônia, evidenciaram, além da incapacidade do governo de lidar com a crise, o plano de desmonte da agenda ambiental, privilegiando uma resposta militarizada em detrimento dos órgãos ambientais.

Operação Verde Brasil 2

No dia 6 de maio de 2020, foi publicado o decreto nº 10.341. Assinado pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, a ordem autorizou o emprego das forças armadas em Operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) na faixa de fronteira, terras indígenas, unidades federais de conservação ambiental e outras áreas das Unidades Federativas pertencentes à Amazônia Legal Brasileira (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão). Tal decreto também previa que a atuação de 11 de maio até 10 de junho de 2020 com o objetivo de prevenir o desmatamento ilegal, as queimadas na região e outros ilícitos ambientais.

Nisso, notam-se as provisões do artigo nº 3 que atribuiu ao Ministério da Defesa "a alocação dos meios disponíveis e os Comandos que serão responsáveis pela operação", indicando que os órgãos de proteção ambiental e segurança pública já operantes na região, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade (ICMBio), estariam sob coordenação das forças armadas.

Intitulada Operação Verde Brasil 2, a GLO teve um começo turbulento. Com o orçamento inicial de R$ 60 milhões de reais, segundo apuração feita pelo *O Estado de S. Paulo*, até o dia 3 de julho, apenas 0,7% desse total havia sido utilizado. Ademais, o Ministério da Defesa afirmara ter

até então mobilizado 3,8 mil profissionais e 110 viaturas para a região em operações autoproclamadas bem-sucedidas. Porém, o *Estado* novamente os acusou de ineficiência, apontando que os resultados divulgados estavam inflados.

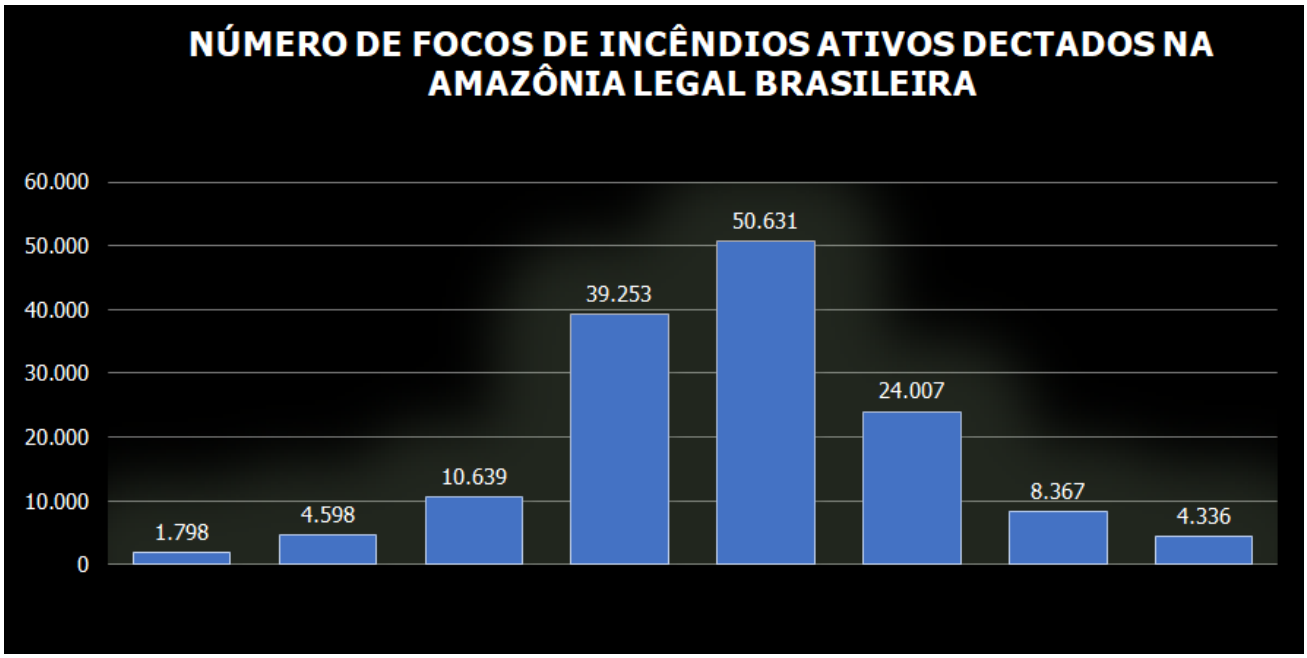
A despeito dessas críticas, a operação foi renovada para mais um mês, e, no dia 9 de julho, teve seu término adiado novamente para 6 de novembro de 2020.

Durante esse período houve conflitos de narrativas. O comandante da Operação, presidente do Conselho Nacional da Amazônia Legal (CNAL) e vice-presidente da República, Hamilton Mourão, afirmou que as forças armadas não deveriam estar a cargo perpetuamente das atividades na região, indicando que órgãos de fiscalização ambiental como o Ibama, ICMBio, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e Fundação Nacional do Índio (Funai) deveriam recuperar sua capacidade operacional de fiscalização.

Mesmo assim, o Ministério da Defesa e tais órgãos não tiveram uma relação consonante o tempo todo. No dia 6 de agosto, tal ministério entrou em atrito com o Ibama após barrar a decolagem de helicópteros que seriam usados pelo Instituto para o combate ao garimpo ilegal. A divergência veio de disputas, com as forças armadas se opondo à destruição do equipamento apreendido nas missões e operações na região, ação esta já costumeira para os órgãos de fiscalização ambiental.

Ademais, um documento descoberto e reportado pelo *Estado* – tendo sido confirmado pelo Gabinete de Segurança Institucional (GSI) – também contradisse a fala do vice-presidente, mostrando através das metas estabelecidas pelo governo a intenção de estender a GLO até 2022.

Em setembro, também foram revelados pelo *Estado* planos do governo e do vice-presidente para criar uma "Força Tática da Amazônia" com poder de polícia para combater os ilícitos florestais em paralelo ao ICMBio e ao Ibama. Essa Força Tática seria formada por militares inativos com experiência na região, sendo vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, o que evidencia a pauta de militarização da Amazônia Legal como prioridade no governo Bolsonaro.



Fonte: elaboração própria a partir de dados do INPE

A respeito dos resultados até então obtidos, segundo levantamentos feitos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) a GLO foi ineficiente. Com 29.307 focos de incêndio em agosto – tornando-o o segundo pior agosto em termos de queimadas –, 20.485 acumulados no mês de setembro apenas até o dia 15 – uma cifra que supera a do mesmo mês no ano anterior – e 20.182 em outubro – também um recorde histórico. A despeito dessas falhas, Bolsonaro e Mourão continuamente reafirmaram o sucesso da Operação e mantiveram um discurso protetor da Amazônia.

Outro momento de constrangimento para a Operação ocorreu junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), quando a mais alta corte do país exigiu que o governo federal prestasse contas sobre a Operação e, em especial, ingerências orçamentárias. No primeiro dia de audiência, abriu-se espaço para a fala do ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Augusto Heleno Ribeiro Pereira. Nessa audiência, o militar defendeu veementemente a Operação e o presidente Bolsonaro, usando exemplos dos recursos usados e do efetivo até então envolvido.

Finalmente, em outubro, a Operação Verde Brasil 2 assistiu novamente sinais de descompasso entre seus líderes. Naquele mês, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo de Aquino Salles, por questões orçamentárias, paralisou a atuação crucial do Ibama e ICMBio na Operação, algo que foi visto pelos militares como um ataque contra sua classe, especialmente pelo ministro da Secretaria do Governo, o militar Luiz Eduardo Ramos. O ápice da disputa se deu no dia 22, quando Salles usou seu twitter para dizer que tem "enorme respeito pela instituição militar" e se defender, além de chamar Ramos de "maria fofoca". Por fim, Salles acabou pedindo desculpas por ter se excedido e Ramos reafirmou que as diferenças haviam sido resolvidas.

Contudo, apesar de todo o desgaste assistido naqueles meses, em novembro Bolsonaro prorrogou mais uma vez a Operação para o dia 30 de abril de 2021. Ademais, mesmo após cinco meses de Operação, menos de 40% da verba destinada para as ações militares havia sido liberada -R$164,9 de R$418,6 milhões- segundo informações do Siga Brasil.

Nesse cenário de ineficiência e conflitos internos, o Datafolha publicou em novembro uma pesquisa de opinião a respeito de como o público via diversos atores envolvidos na Operação Verde Brasil 2. Bolsonaro e Mourão acabaram mal vistos na pesquisa, com respectivamente 46% e 38% de avaliações negativas; porém, as forças armadas obtiveram bons resultados, com 19% do público vendo-as negativamente e 40% positivamente.

Em outro levantamento, o *Correio Braziliense* avaliou a eficiência da Operação a respeito da imposição e lavramento de multas. Nos resultados, o jornal concluiu que apenas 3% das multas aplicadas foram pagas, sendo que desde o início da Operação, em maio, até o final de novembro, o número de multas foi 36,6% mais baixo que no mesmo período em 2019. Apesar disso, o valor das multas permaneceu estável quando comparado ao de 2019.

Ainda, os dados divulgados pelos periódicos evidenciaram a ineficiência da operação militar na região amazônica, considerando, além da redução no número de multas, a continuidade dos altos índices de queimadas e desmatamento. Todavia, esses dados contrariam o posicionamento oficial do governo que manteve o discurso de minimizar a crise ambiental, além de alegar uma "tendência de queda" no desmatamento, apesar de os dados apontarem o contrário.

Ineficiência da GLO

No que se refere ao tratamento da imprensa sobre a atuação das forças armadas na Amazônia em 2020, os jornais analisados pelo Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas noticiaram o tema, de modo geral, evidenciando a ineficiência da GLO, a Operação Verde Brasil 2, cuja finalidade era combater as queimadas e coibir o desmatamento e crimes ambientais na Amazônia Legal.

O periódico *Folha de S. Paulo* destacou que, diferentemente das operações anteriores, ao invés de atuar apenas como suporte logístico às ações de fiscalização, na Verde Brasil 2 as forças armadas coordenaram essas ações. Nesta configuração, o Ibama e o ICMBio, principais órgãos de fiscalização ambiental, ficaram subordinados aos militares, limitando as ações de fiscalização dos órgãos.

O Conselho Nacional da Amazônia Legal (CNAL) foi criado pela Presidência da República em 1995 como um órgão subordinado ao Ministério do Meio Ambiente, com objetivo de controlar e coordenar atividades do Estado na região da Amazônia Legal. No dia 21 de janeiro de 2020, o presidente da República Jair Bolsonaro anunciou a reativação do Conselho e, a partir do decreto nº 10.239 publicado em 11 de fevereiro de 2020, transferiu seu comando do Ministério do Meio Ambiente para a Vice-Presidência da República, encabeçada pelo general Hamilton Mourão. Além do vice-presidente, o Conselho também incluía em abril de 2020: 15 coronéis, dois brigadeiros e um major-brigadeiro e alguns civis, excluindo quaisquer representantes indígenas, quilombolas, governadores da região ou membros do Ibama, Funai e ICMBio.

A mídia analisou a ineficiência da operação por dois pontos principais: o baixo uso do orçamento destinado à Verde Brasil 2, o que corresponde a um reduzido número de ações de fiscalização de campo, e a continuidade no aumento de focos de incêndio e áreas de desmatamento no período de atividade da operação.

Sobre a questão orçamentária, o *O Estado de S. Paulo* relacionou-a à ineficiência da operação, assinalando que até o mês de julho de 2020, apenas 0,07% dos R$ 60 milhões de orçamento destinado à Verde Brasil 2 havia sido utilizado, o que, de acordo com o periódico, paralisou as ações de fiscalização previstas no âmbito da operação.

No que se refere aos focos de incêndio e desmatamento, no decorrer do ano, tanto a *Folha* quanto o *Estado* reportaram que a Amazônia teve o segundo pior agosto em número de registros de focos de incêndio da última década. Complementarmente, a *Folha* pontuou que outubro de 2020 foi o pior mês da história no combate aos incêndios na Amazônia e Pantanal. O jornal salientou os números divulgados pelo Inpe, com 17.326 focos de incêndio na Amazônia e 2.856 no Pantanal ao longo do mês, frisando que eles normalmente têm origem humana e estão ligados ao desmatamento, sendo este diretamente relacionado às atividades agropecuárias. Em entrevista para o *Estado*, Márcio Astrino, do Observatório do Clima, afirmou que os dados divulgados pelo INPE "confirmaram o fracasso da cara e mal planejada operação

das Forças Armadas instituída na Amazônia pelo governo Bolsonaro como substituta de um plano de combate ao desmatamento".

Ainda, os periódicos analisados destacaram que mesmo no cenário de crise ambiental e em um ano marcado pelo crescente aumento dos incêndios na Amazônia, que já haviam alcançado níveis históricos em 2019, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, reduziu o orçamento de 2021 para o Ibama e o ICMBio. De acordo com editorial da *Folha*, o desprestígio da pasta é evidenciado pela implementação de "operações militares teatrais, caras e de baixa eficácia", em detrimento dos órgãos de fiscalização da pasta do Meio Ambiente. O periódico também destacou que a atuação das forças armadas através da Operação Verde Brasil 2 foi a única resposta do governo Bolsonaro à crise ambiental.

Vale ressaltar que tanto o *Correio Braziliense*, quanto a *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* destacaram o aumento da impunidade frente aos crimes ambientais, sendo este cenário oriundo da diminuição de ações de fiscalização. Complementarmente, o *Correio* elencou que, de acordo com o Observatório do Clima, houve uma redução de 36,6% no número de multas em relação ao mesmo período de 2019, e de 63,4% em relação a maio-setembro de 2018.

O negacionismo

O periódico *Correio Braziliense* reportou o discurso do presidente Bolsonaro na abertura da 75ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro de 2020, no qual o chefe do executivo abordou a atuação do seu governo na questão ambiental, especificamente em relação às queimadas e ao desmatamento na Amazônia. O periódico destacou o negacionismo do presidente frente aos dados sobre as queimadas na região amazônica, pois Bolsonaro afirmou que o Brasil é alvo de uma campanha de desinformação cujo objetivo é desestruturar seu governo e o país. Sobre o impacto doméstico desse discurso, o *Correio* salientou que os militares ficaram em êxtase com as afirmações do presidente.

Os periódicos analisados também destacaram as declarações do general Augusto Heleno, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), em audiência no Supremo Tribunal Federal sobre as inconsistências orçamentárias nas ações do governo para o combate ao desmatamento e às queimadas. A *Folha* apontou que o general argumentou que há uma perseguição ao presidente Jair Bolsonaro por "governos e personalidades estrangeiras" que, segundo Heleno, "mentem sobre a atuação do Executivo na proteção da Amazônia com o objetivo de prejudicar o Brasil e derrubar o governo de Jair Bolsonaro". Já o *Estado* destacou as declarações do general que minimizaram os efeitos das queimadas, alegando que os "focos de incêndio são fenômenos naturais" e que os números e os argumentos são "fabricados e manipulados para apresentar o país como vilão do aquecimento e desmatamento".

Desmantelamento da agenda ambiental

Após a posse de Jair Bolsonaro em janeiro de 2019, iniciou-se um intenso processo de desmantelamento e fragilização das políticas de conservação ambiental, com destaque para o esvaziamento dos órgãos de proteção e fiscalização ambiental. Tal governo vê a agenda ambiental não apenas como um entrave ao crescimento econômico do Brasil, mas também como uma ameaça à soberania nacional.

Além do desmonte dos órgãos do Ministério do Meio Ambiente, observamos a diminuição das ações de fiscalização e os cortes de recursos para os instrumentos de monitoramento da Amazônia Legal Brasileira. Esse desmantelamento da agenda ambiental pelo governo Bolsonaro teve resultados imediatos ainda no primeiro ano de mandato, com o aumento expressivo no número de queimadas, áreas desmatadas e garimpo ilegal, além do crescimento das invasões de terras indígenas e unidades de conservação ambiental.

Complementarmente ao desmonte da pasta ambiental, destacamos que o resultado do crescimento expressivo do desmatamento e dos registros de focos de calor na Amazônia estão diretamente relacionados com a própria figura do presidente Bolsonaro pois, incentivados pelo discurso de impunidade por crimes ambientais do presidente, fazendeiros e grileiros intensificaram suas ações de desmatamento e queimadas.

Em 2019, as chamas que queimavam a Amazônia tiveram repercussão internacional, impactando a imagem do Brasil do cenário internacional. Como ressaltamos no Informe Temático de 2019, a resposta do governo de Jair Bolsonaro à crise ambiental foi o uso do instrumento militar através de uma GLO, a Operação Verde Brasil, que não teve resultados efetivos, mas evidenciou a imagem dos militares como "guardiões da floresta". Com o aprofundamento das políticas e discursos contrários à agenda ambiental, a crise de 2019 teve continuidade em 2020, ano em que o crescimento dos focos de incêndio e desmatamento na Amazônia não só continuaram, mas também atingiram números históricos. E, mais uma vez, a resposta do governo Bolsonaro foi uma nova GLO, a Operação Verde Brasil 2, que assim como a primeira GLO ambiental, foi ineficaz e não trouxe resultados efetivos.

Militarização ambiental?

Observamos que as Operações Verde Brasil e Verde Brasil 2, assim como a reativação do Conselho da Amazônia são exemplos de como está sendo conduzida a política do atual governo – em que há a priorização da utilização do instrumento militar, em detrimento dos órgãos de fiscalização, monitoramento e controle do próprio Ministério do Meio Ambiente, tendo em vista o desmantelamento da pasta.

Todavia, mesmo com essas respostas – tardias - do governo frente ao cenário de crise ambiental, destacamos que não foram suficientes e nem mesmo adequadas para apresentarem resultados efetivos. Os índices de desmatamento e focos de calor continuam a crescer, e não só na Amazônia, mas também no Cerrado e Pantanal. O descaso do presidente Bolsonaro com

a agenda ambiental ameaça não apenas a imagem internacional do país, mas também a sobrevivência da sua biodiversidade.

Bolsonaro insiste no posicionamento de culpabilizar outros atores – as ONGs, comunidades indígenas, o período de seca – pelas queimadas na Amazônia, ignorando os impactos das suas ações de desmantelamento da agenda ambiental brasileira.

Leituras recomendadas

Philip M. Fearnside

Brazil's new deforestation numbers confirm the "Bolsonaro Effect" despite denials

Dossiê Instituto Tricontinental

Amazônia Brasileira: A pobreza do homem como resultado da riqueza da terra -

Adriana Erthal Abdenur

How Can Artificial Intelligence Help Curb Deforestation in the Amazon?

Octavio Penna Pieranti, Luiz Henrique Rodrigues da Silva

A questão amazônica e a política de defesa nacional - Um ano após "dia do fogo", Amazônia segue em chamas

GEDES- Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional

Fundado em 2001, o GEDES é um grupo multidisciplinar que reúne graduandos, pós-graduandos, mestres e doutores dedicados a analisar questões relativas à Paz, Defesa e Segurança Internacional, favorecendo a troca de informações entre seus pesquisadores através da promoção de reuniões de leitura e discussão.

Nossos produtos

- Observatório de Política Exterior
- Observatório Sul-Americano de Defesa e FA
- Observatório de Conflitos
- Cenários Prospectivos
- ERIS – Defesa e Segurança Internacional
- ATLAS da Defesa Sul-Americana
- Rede Nacional de Estudos Estratégicos
- Dicionário de Segurança e Defesa

ObDEF- Observatório Brasileiro de Defesa e Forças Armadas

O ObDEF é um observatório temático da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), constituído por docentes e discentes do curso de Relações Internacionais da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (Eppen), e tem como missão promover o debate público sobre a defesa nacional e as relações civis-militares de forma a contribuir com o semear de uma cultura democrática